7. Significados interpessoais

Não é simples distinguir entre o significado ideacional e o interpessoal no que diz respeito à não-identificação do Agente / indeterminação do Sujeito. Essa dificuldade resulta do fato de que a indeterminação do Sujeito acarreta necessariamente a não-identificação do Agente, embora o inverso não ocorra. Por essa razão, muitos trabalhos sobre o clítico *se* referem-se à não-identificação do Agente como “indeterminação do sujeito”, como se não houvesse diferença entre os dois conceitos. Ikeda (1980: 117), por exemplo, afirma que “o sujeito encontra-se indeterminado” tanto em *fez-se um rombo na parede* como em *alguém fez um rombo na parede*.

Na perspectiva adotada na presente tese, porém, o traço semântico que essas duas orações têm em comum é a não-identificação do Agente, enquanto a indeterminação do Sujeito só ocorre na primeira delas. Essa posição se apóia, de um lado, na distinção entre as funções estruturais de Agente e de Sujeito, segundo os pressupostos sistêmico-funcionais. Ainda que um mesmo constituinte acumule ambas as funções nas configurações oracionais não-marcadas, elas remetem a duas dimensões diferentes do significado da oração – a ideacional e a interpessoal. De outro lado, a posição aqui defendida se justifica em face das diferenças semânticas observadas entre o clítico *se* com valor de indeterminação do Sujeito e outras formas de ocultamento da identidade do Agente em português.

É necessário não perder de vista que, enquanto o sujeito, em outras abordagens, é definido como uma categoria formal, o Sujeito sistêmico-funcional é uma função estrutural de natureza semântica, isto é: ser o Sujeito de uma oração significa algo (cf. 3.3). A questão central do presente capítulo, portanto, é determinar que traços semânticos seriam específicos da indeterminação do Sujeito, enquanto significado distinto da não-identificação do Agente.

No trabalho citado de Ikeda, são arrolados os seguintes “recursos para a indeterminação do sujeito”, além do clítico *se*: indeterminação com o infinitivo, com nominalização, com “você”, com “alguém”, com “a gente” e com a terceira pessoa do plural. Ao mesmo tempo, a autora reconhece que as pessoas incluídas na indeterminação são diferentes em cada caso. Assim, *a gente* inclui obrigatoriamente a primeira pessoa; *alguém* refere-se à terceira, com a

predominância do singular, pela qual se distingue do valor indeterminado da terceira do plural. Ikeda afirma que a construção com *se* pode incluir qualquer pessoa, da mesma forma que *a gente*.

A respeito da categoria de pessoa, Neves (2000: 457-458) afirma que há dois eixos envolvidos: um eixo subjetivo, que abriga as pessoas que têm papel discursivo (a primeira e a segunda), e um eixo não-subjetivo, que abriga as pessoas ou coisas não implicadas na interação verbal – a terceira pessoa, também chamada de não-pessoa. No eixo da terceira pessoa, identifica uma oposição básica entre uma terceira pessoa determinada e uma terceira pessoa indeterminada – esta última exemplificada por uma frase com o clítico *se*.

Um pouco adiante (op. cit. pp.463-465), ao tratar da referenciação genérica, a autora afirma:

Tipicamente genéricas, isto é, de **sujeito** maximamente **indeterminado**, já que todas as **pessoas** do discurso ficam abrangidas, são as construções de **terceira pessoa do singular** com o **pronome SE (...)**

Neves (2000) aponta outras formas de referenciação genérica, entre as quais o emprego de “eles” e de “nós”, observando que, nesses dois casos, a indeterminação é parcial, uma vez que “eles” só abrange a terceira pessoa, ficando excluídas as outras duas, enquanto na forma “nós” pelo menos uma referência é determinada, porque sempre está incluído o falante.

As observações de Ikeda e Neves, sintetizadas acima, acerca das possibilidades de inclusão e exclusão das pessoas do discurso em certas formas léxico-gramaticais parecem voltar-se exclusivamente para a codificação inscrita no sistema lingüístico, desconsiderando possibilidades relativas ao uso. Assim, por exemplo, a mãe que diz ao filho pequeno “vamos tomar o remedinho!” não está incluída na ação expressa, que será realizada apenas pela criança, o que invalidaria a afirmação de que a forma “nós” inclui necessariamente o falante, nas realizações concretas. Esse tipo de situação, porém, confirma a pertinência das observações das autoras citadas, bem como a relevância da distinção entre as metafunções ideacional e interpessoal.

No enunciado produzido pela mãe nesse exemplo, há, de um lado, a representação de um estado de coisas; de outro lado, e ao mesmo tempo, o

enunciado contém indicações sobre a atitude do falante em relação ao fato que enuncia e à situação de discurso – ou seja, contém significados interpessoais. A mãe poderia ter escolhido uma formulação mais congruente para seu enunciado, quer dizer, uma forma que representasse mais diretamente o estado de coisas em questão. Uma alternativa mais congruente seria uma oração no imperativo, como “tome o remédio!”. Em abordagens que enfatizam o nível formal, os dois enunciados, possíveis na situação, seriam tratados como variantes estilísticas, como “formas diferentes de dizer a mesma coisa”. No entanto, esse modo de compreender o problema é resultado de uma concepção que reduz o componente semântico à dimensão ideacional.

No quadro do componente semântico tridimensional adotado na presente tese, o fato de um falante optar por uma configuração mais congruente ou por outra menos é, por si mesmo, significativo. Na situação exemplificada, a incongruência entre a forma efetivamente empregada e o estado de coisas real resulta no estabelecimento de laços de empatia, de solidariedade. Não se trata de uma variante meramente formal para a “ordem” dirigida ao filho; trata-se de criar significado operando com o potencial de opções do sistema lingüístico.

Assim sendo, a codificação inscrita no sistema lingüístico é parte essencial desse processo, mediante o qual a linguagem não apenas **expressa** uma realidade objetiva, mas principalmente **cria** uma realidade social, constituída do intercâmbio de significados.

O exame das formas de “indeterminação” apontadas por Ikeda (1980) e Neves (2000) revela que as alternativas têm em comum um significado de natureza ideacional, já que todas têm por função ocultar a identidade do Agente, enquanto se diferenciam por significados de natureza interpessoal, referentes à inclusão ou exclusão do falante e do ouvinte. Nesse sentido, o que caracteriza a construção com *se* como distinta dos demais recursos léxico-gramaticais para a não-identificação do Agente é a máxima indefinição quanto à categoria de pessoa – ou seja, quanto a um dos pontos de ancoragem da proposição no aqui-e-agora da interação.

Comparada à não-identificação do Agente com *você, alguém, a gente, nós* ou com a terceira pessoa do plural, a construção com *se* é a única que não encerra qualquer marcação de pessoa do discurso. Não é exata, aliás, a equivalência sugerida por Ikeda entre a construção com *se* e a forma *a gente*, uma vez que esta

inclui obrigatoriamente a primeira pessoa, enquanto aquela apresenta a possibilidade, mas não a obrigatoriedade de tal inclusão.

De modo geral, os trabalhos sobre o assunto consultados reconhecem que apenas o traço semântico [+Humano] é inerente ao Sujeito indeterminado por *se*. Naro (1976), segundo Cavalcante (1999), considera que o traço [+Grupo] também faz parte do significado dessa construção.

Essa indefinição das pessoas envolvidas é um traço relevante do significado de VPS, e torna possível uma série de efeitos de sentido no âmbito interpessoal. Uma das possibilidades constatadas no corpus é o emprego de tal indefinição como recurso para conferir maior peso ao ponto de vista do autor, sugerindo que ele talvez fale não por si mesmo, e sim em nome de um grupo. Na ocorrência abaixo, por exemplo, “quem pergunta” é, evidentemente, o próprio autor do texto – uma alternativa ideacionalmente mais precisa quanto ao estado de coisas representado seria “eu pergunto”:

(1) Visto ser impossível eliminar de imediato todas as formas de poluição, *pergunta-se*: qual delas é prioritária?

Optando pela forma com *se*, o autor sugere que a pergunta pode não ser só dele mesmo, ou até não ser dele – ele talvez esteja representando uma coletividade: “nós (eu e muitos outros) perguntamos”, ou “todo mundo (também eu) pergunta”, ou ainda “as pessoas em geral (não necessariamente eu também) perguntam”. O emprego tradicional, hoje evitado, da pessoa “nós” com o valor de “plural de modéstia” não acarretaria exatamente o mesmo efeito, pois, nesse caso, tanto a coletividade, quanto a inclusão da primeira pessoa seriam afirmadas, não apenas insinuadas.

Como consequência dessa inclusão do falante numa coletividade não-determinada, VPS pode funcionar como uma estratégia de envolvimento do leitor, já que a inclusão ou não da segunda pessoa também não é definida. Nas ocorrências seguintes, extraídas de um mesmo texto, a possibilidade de adesão do leitor é facilitada pelas formas *se presume* e *constatam-se*, que implicam “qualquer um – também eu ou você – pode presumir/constatar”:

(2) *A conspiração* buscou o apoio de uma equipe de oito pesquisadores para realizar “uma reconstituição de época criteriosa”, o que *se presume* não ter acontecido (...)

(3) Logo de início, *constatam-se* dois erros históricos: (...)

O mesmo se verifica na ocorrência abaixo, em que o emprego de *sabe-se* confere à proposição assim introduzida uma tal generalidade que ela aparece como pressuposto incontestável, favorecendo a persuasão do leitor:

(4) *Sabe-se* que o governo é a parte menos interessada em mudanças na política tributária.

VPS mostra-se também um recurso útil para a referência a atividades e situações no âmbito institucional, em que a especificação de pessoas determinadas poderia acarretar uma representação não exata dos fatos. Isso se observa, por exemplo, nos dois períodos contíguos transcritos abaixo:

(5) Constatei, mais uma vez, que muito pouco *se fez* em saneamento no Estado do Rio de Janeiro de Lacerda até o século 21. Para mim ficou muito clara a razão de só agora *estar se fazendo* o esgotamento sanitário da Barra da Tijuca, do Recreio do Bandeirantes e de Jacarepaguá.

No texto de que foram extraídas essas ocorrências, o autor, presidente da CEDAE, faz uma crítica a governos do passado e elogia o governo presente, no que se refere a obras de saneamento. Nos períodos transcritos, portanto, a identidade do Agente, em cada caso, é recuperável no contexto, porém se encontra formalmente ocultada. Outras formas de ocultamento da identidade do Agente seriam possíveis; no entanto, cada uma acarretaria diferenças semânticas específicas em relação ao emprego de *se*.

De um lado, a opção por VPA, conforme se apontou nos capítulos 5 e 6, acarretaria uma ênfase maior nos Objetos que nos Processos, ao contrário do que se passa com a forma em VPS:

(5') Constatei, mais uma vez, que muito pouco *foi feito* em saneamento no Estado do Rio de Janeiro de Lacerda até o século 21. Para mim ficou muito clara a razão de só agora *estar sendo feito* o esgotamento sanitário da Barra da Tijuca, do Recreio do Bandeirantes e de Jacarepaguá.

De outro lado, a opção pela forma com *se* dispensa o falante da obrigatoriedade de decidir pela inclusão de alguma das pessoas do discurso, o que seria inevitável com as demais alternativas disponíveis, como por exemplo em:

(5'') Constatei, mais uma vez, que muito pouco *fizeram* em saneamento no Estado do Rio de Janeiro de Lacerda até o século 21. Para mim ficou muito clara a razão de só agora *estarmos fazendo* o esgotamento sanitário da Barra da Tijuca, do Recreio do Bandeirantes e de Jacarepaguá.

Desse modo, a forma com *se* permite desviar a ênfase dos Agentes para as ações, como se a responsabilidade daqueles por estas fosse secundária, ao mesmo tempo em que possibilita evitar a indicação clara da participação ou não do autor nos eventos a que se refere. O emprego da forma “nós”, como em (5''), conferiria uma valorização ilegítima ao papel do autor em tais eventos, uma vez que, no contexto institucional que faz parte das condições de produção do texto, responsabilidades desse tipo são divididas entre muitas instâncias e compartilhadas por muitos participantes.

As ocorrências a seguir são mais dois exemplos do emprego de *se* para a referência a atividades em âmbito institucional:

(6) *Ampliou-se* a pena para os invasores de terras públicas, com exceção dos que o fazem por motivo de sobrevivência e dentro dos limites do módulo familiar.

(7) No Rio de Janeiro foi criado o Programa Rio Desenvolvimento Limpo, dentro do qual *organizou-se* o Instituto Virtual de Mudanças Globais.

Em (6), extraída de um artigo em que o ex-Ministro do Desenvolvimento Agrário faz um balanço das realizações de sua gestão, fica sugerida a interpretação “nós ampliamos”. Em (7), pode-se supor que o autor do texto, vice-

presidente da Coppe-UFRJ, participa do referido Instituto, tendo em vista que se segue a esse período uma descrição detalhada e elogiosa de seus objetivos, atividades e resultados. Em ambos os casos, porém, o emprego da primeira pessoa do plural poderia ter como efeito uma reivindicação ilegítima de méritos, pois as atividades descritas ocorrem em contextos institucionais – contando, portanto, com inúmeros participantes, em diferentes funções e níveis hierárquicos – e os autores produzem seus textos a partir dos papéis que ocupam nas instituições em causa.

Uma vez que, conforme se afirmou acima, a indefinição das pessoas do discurso é total na construção com *se*, são também encontradas ocorrências em que, considerado o contexto, a primeira e a segunda pessoa estão claramente excluídas da referência genérica. Enquanto em (6) e (7), acima, o Sujeito indeterminado poderia ser aproximadamente interpretado como “nós”, nas ocorrências abaixo a interpretação mais aproximada seria dada pela terceira pessoa do plural (“dizem”, “anunciam”, “levantem”):

(8) Como *se diz* com pronúncia neoliberal, volatilizou-se a receita.

(9) *Anuncia-se* uma representação dos parentes e amigos do Brasil (...)

(10) O povo de Israel, símbolo de lutas e de heroísmo, não pode permitir que *se levante* o muro da Cisjordânia.

VPS, ao contrário de VPA, não converte o Objeto em Sujeito. O Sujeito indeterminado por *se* corresponde a um participante ativo e, por essa razão, é possível a coocorrência de VPS com o imperativo, como nos exemplos a seguir:

(11) (...) *imagine-se* o que aconteceu durante o Carnaval.

(12) *Tome-se* o exemplo da decisão de antecipar os principais compromissos de programa econômico do PT com o objetivo de tranquilizar o país.

(13) (...) (*entenda-se* aí também a polícia dos outros estados) (...)

A indefinição da pessoa do Sujeito em VPS não é uma “ausência” ou “omissão” de conteúdo semântico, mas um conteúdo efetivo, uma carga semântica positiva. Isso pode ser observado em ocorrências do clítico *se* com o infinitivo.

Tanto Ikeda (1980) quanto Cavalcante (1999) notam que várias gramáticas normativas condenam o emprego de *se* com o infinitivo, pelo fato de que essa forma verbal já funciona, por si mesma, como recurso de indeterminação do sujeito. Ambas as autoras constataam, porém, que tal uso efetivamente ocorre (fato confirmado ainda em Bagno 2001). Ikeda afirma que “a construção sem a supressão é muito mais comum do que a construção com o apagamento, no registro semiformal, como por exemplo, a linguagem jornalística” (op.cit. p.30). Cavalcante, numa investigação diacrônica de textos jornalísticos, em abordagem variacionista, conclui que a frequência do uso de *se* com o infinitivo aumentou desde meados do século XIX, tendo alcançado, no momento presente, a condição de variante de prestígio. Nos dois trabalhos, o fato é tratado em termos de variação de grau de formalidade. O estudo aqui realizado, no entanto, permite afirmar que, pelo menos em alguns casos, o emprego de *se* com formas verbais não-finitas é semanticamente motivado.

Antes de proceder ao exame das ocorrências relevantes, é curioso notar, a propósito, mais uma contradição da gramática tradicional. A razão alegada para a condenação normativa do uso de *se* com o infinitivo só deveria ser aplicada a verbos transitivos indiretos e intransitivos, caso o clítico *se* fosse, de fato, um “pronomes apassivador” quando empregado com verbos transitivos diretos: afinal, nenhuma gramática normativa condena o uso da voz passiva propriamente dita no infinitivo (p.ex. “ser amado é bom”; “todos desejam ser aprovados”; “há urgência de as tarefas serem concluídas”). Tem-se aqui um exemplo do que Perini (1985) denomina “doutrina gramatical implícita”: subjacente à condenação, independente da transitividade verbal, do uso de *se* com o infinitivo, há o reconhecimento tácito de que a função de *se* é indeterminar o sujeito, com qualquer classe de verbos.

Entre as cento e vinte ocorrências de VPS examinadas na presente tese, há dez com verbo no infinitivo. Em quatro delas, a supressão do clítico *se* acarreta alteração do sentido. Em (14), abaixo, a supressão do clítico resultaria na interpretação do Sujeito implícito do infinitivo como *a ONU*. Com o clítico, a interpretação é, necessariamente, algo como “o mundo, a humanidade ter um tribunal”:

(14) É antiga e insistente a disposição da ONU de *se ter* um tribunal que respondesse àqueles princípios, antes alinhados.

O mesmo ocorre nos dois períodos a seguir. Suprimido o clítico, o Sujeito inferido para *submeter*, em (15), seria o *Banco Central do Brasil*. Com o clítico, esse Sujeito corresponde apenas ao verbo *examina*, e o Sujeito de *submeter* fica indeterminado. O Banco estaria, então, examinando a possibilidade de um procedimento que poderia vir a ser executado em outras instâncias ou por outras instituições:

(15) O Banco Central do Brasil examina *submeter-se* a liquidação das instituições financeiras ao processo falimentar (...)

Em (5), reproduzida abaixo, a supressão do clítico também levaria a interpretar o Sujeito implícito do infinitivo como co-referente com algum SN do co-texto precedente. Nesse caso, o mais imediato seria interpretá-lo como “eu”:

(5) (...) Para mim ficou muito clara a razão de só agora *estar se fazendo* o esgotamento sanitário da Barra da Tijuca, do Recreio do Bandeirantes e de Jacarepaguá.

(5'') (...) Para mim ficou muito clara a razão de só agora *estar fazendo* o esgotamento sanitário da Barra da Tijuca, do Recreio do Bandeirantes e de Jacarepaguá.

Essas ocorrências demonstram que o emprego de *se* com o infinitivo não é simples questão de grau de formalidade ou de variante de prestígio, segundo a concepção de registro como “maneiras diferentes de dizer a mesma coisa”. Ao contrário, esse uso ocorre porque as duas alternativas – com ou sem o clítico – equivalem a significados diferentes, em certos co-textos.

O que se observa no corpus, de modo geral, é que a supressão do clítico não acarreta mudança de interpretação quando não há, nos limites do período, um SN que possa ser co-referencial com o Sujeito do infinitivo, como em

(16) Importante é *conhecer-se* a jurisdição do tribunal, como estabelece seu estatuto no artigo 5.

(17) Para *se entender* do que se trata: na Conferência Rio 92 foi acertada a Convenção do Clima, das Nações Unidas, assinada por cerca de 150 países.

(18) Não *se ministrar* o alimento autêntico é prejuízo para a causa do Senhor Jesus.

Em apenas um dos casos, a interpretação não se altera com a supressão do clítico, mesmo havendo a possibilidade de co-referencialidade no âmbito do período:

(19) Há consenso entre os juristas no sentido da necessidade de *atualizar-se* a nossa legislação falimentar.

Nesse período, verifica-se que, para que o Sujeito de *atualizar* fosse interpretado como *os juristas*, mediante a supressão do clítico, o infinitivo deveria assumir, preferencialmente, a forma plural *atualizarem*.

Logo, se o emprego de *se* com o infinitivo pode ser, de um lado, motivado semanticamente, de outro lado é uma possibilidade inerente ao potencial do sistema gramatical português, tendo em vista a existência do infinitivo pessoal. Ou seja, se a oposição de pessoa existe no infinitivo, é possível também neutralizá-la nessa forma verbal, mediante a construção com o clítico *se*, exatamente como ocorre com as formas verbais finitas, o que esvazia a pretensa lógica do argumento normativista alegado para a condenação do emprego de *se* com o infinitivo.

A ocorrência de *se* junto ao infinitivo nos casos em que o significado é o mesmo da alternativa sem o clítico pode ser uma extensão ou generalização do emprego significativo de *se* em certos co-textos. Observe-se que, mesmo nos exemplos (16) a (18), acima, o infinitivo pessoal seria possível. Ou seja, o emprego de *se*, nesses casos, mesmo não acarretando diferença de sentido em relação à forma sem o clítico, ocorre num paradigma em que existe, potencialmente, a oposição de pessoa:

(16') Importante é todos *conhecerem* a jurisdição do tribunal, como estabelece seu estatuto no artigo 5.

(17') Para *entendermos* do que se trata: na Conferência Rio 92 foi acertada a Convenção do Clima, das Nações Unidas, assinada por cerca de 150 países.

(18')a. Não *ministrarmos* o alimento autêntico é prejuízo para a causa do Senhor Jesus.

b. Os padres não *ministrarem* o alimento autêntico é prejuízo para a causa do Senhor Jesus.

O corpus apresenta ainda uma ocorrência na qual o emprego de *se* com o infinitivo, embora não acarrete nenhuma alteração de significado ideacional ou interpessoal, parece justificado pela necessidade de paralelismo no período, caracterizando motivação de natureza textual:

(19) Além de *se cometer* flagrante injustiça, põe-se em risco a reduzida margem de manobra que ainda resta ao país.

Pode-se concluir que a chamada “indeterminação do sujeito” expressa pelo infinitivo verbal não se confunde semanticamente com o que aqui se denomina indeterminação do Sujeito pelo clítico *se*. No caso do infinitivo, há uma espécie de “vazio” semântico, que, dependendo do co-texto, pode ser interpretado como um Sujeito não-definido, impreciso, ou como co-referente com algum constituinte do período. No caso da construção com o clítico *se*, a co-referencialidade com outro constituinte não é possível, pois a indeterminação não resulta de um Sujeito “vazio”, mas do preenchimento positivo do Sujeito pelo significado “Sujeito indeterminado”.

O que se observa sobre o valor semântico de *se* com o infinitivo verbal também se passa com o gerúndio. Na ocorrência abaixo, a supressão do clítico levaria a interpretar o Sujeito implícito do gerúndio como *o juiz*; com o clítico, a interpretação é “Sujeito indeterminado”:

(20) (...) se os recursos disponíveis não forem suficientes para a quitação dos créditos trabalhistas ... o juiz poderá prorrogar o prazo acima previsto” (parágrafo único), *abrindo-se*, na verdade, prazo indeterminado, e *enterrando-se*, dessa forma, direitos trabalhistas indiscutíveis e intocáveis.

Em (21), a supressão do clítico *se* resultaria numa construção agramatical, pela falta de um Sujeito para o gerúndio:

(21) As mudanças climáticas poderão trazer, dentro de poucas décadas, conseqüências graves para a população, incluindo a elevação do nível do mar, *perdendo-se* faixas litorâneas em alguns lugares.

(21') *As mudanças climáticas poderão trazer, dentro de poucas décadas, conseqüências graves para a população, incluindo a elevação do nível do mar, *perdendo* faixas litorâneas em alguns lugares.

A presença do clítico opõe-se a outros Sujeitos possíveis, como por exemplo em

(21'') As mudanças climáticas poderão trazer, dentro de poucas décadas, conseqüências graves para a população, incluindo a elevação do nível do mar, *perdendo certos países* faixas litorâneas em alguns lugares.

Propõe-se aqui, em síntese, que a indeterminação do Sujeito, representada pela indefinição máxima de pessoa, é um significado específico de VPS, e não se confunde com a não-identificação do Agente. Embora a indeterminação do Sujeito acarrete sempre a não-identificação do Agente, esta pode ser expressa também por outros recursos léxico-gramaticais. Um deles é VPA, que permite ocultar a identidade do Agente, ao mesmo tempo em que conserva uma definição clara da categoria de pessoa para a função de Sujeito. Há, portanto, no componente interpessoal, uma diferença de significado entre VPS, de um lado, e VPA e VA, de outro, definida pelo parâmetro [+Determinação do Sujeito], conforme a matriz de traços abaixo:

	VA	VPA _{sa}	VPA _{ap}	VPS
Determinação do Sujeito	+	+	+	-

Essa matriz e as duas propostas nos capítulos anteriores compõem uma caracterização semântica das estruturas estudadas, na forma de uma constelação de traços textuais, ideacionais e interpessoais.